

**FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE BSB**

**RICARDO BARBOSA MACHADO**

**PRIVATIZAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL: Uma análise sob diferentes perspectivas sociais**

**BRASÍLIA**

**2025**

**RICARDO BARBOSA MACHADO**

**PRIVATIZAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL: Uma análise sob diferentes perspectivas sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape BSB, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Edvan Soares de Oliveira.

**BRASÍLIA**

**2025**

**RICARDO BARBOSA MACHADO**

**PRIVATIZAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL: Uma análise sob diferentes perspectivas sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape BSB, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração.

Aprovada em 23 de outubro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Edvan Soares de Oliveira**  
Fucape Business School

**Prof. Dr. Daniel de Jesus Pereira**  
Instituto Federal de Alagoas

**Prof. Dr. Octavio Locatelli**  
Fucape Business School

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir esta dissertação, expresso a minha profunda gratidão a todos que contribuíram para o processo de busca deste conhecimento.

A Deus, agradeço pela vida e pelos obstáculos disponibilizados que, pela dificuldade, me proporcionaram força espiritual e fonte de inspiração em todas as situações.

Ao meu pai, Alfredo Machado Filho, agradeço pelos ensinamentos e pelo exemplo, que foram condutores da minha formação humana. Ele que, com sabedoria, me incentivou e ajudou a compreender que tudo se resume à busca pelo conhecimento, e que cada aquisição é responsável pela transformação do futuro.

À minha mãe, Olívia Felippi Barbosa Machado, que em sua singela humildade me ensinou que o verdadeiro valor está no respeito e amor ao próximo. Seu exemplo foi responsável pela minha inspiração a buscar a ética e a transparência em cada passo da minha carreira nas Ciências Contábeis. Agradeço profundamente cada sacrifício e por todo amor que sempre me ofereceu e, também, por ter me ensinado, independentemente das conquistas, que manter a humildade no coração.

À minha esposa, Mara Rúbia Rodrigues da Cruz, a pessoa responsável por toda a minha inspiração para seguir na busca por mais este conhecimento. Você foi e sempre será minha fonte de inspiração, por toda dedicação e respeito na nossa relação amorosa. Obrigado por sua paciência, sua compreensão e seu encorajamento, que foram fundamentais para que eu pudesse enfrentar os desafios que surgiram ao longo deste processo. Obrigado por acreditar em mim, mesmo nos momentos mais difíceis, e por estar sempre ao meu lado, celebrando cada conquista. Este trabalho é também seu.

Aos meus irmãos: Eduardo Barbosa Machado, Gustavo Frederico Barbosa Machado e Paulo Vinicius, que me ensinaram o companheirismo mútuo que é fator primordial para seguir em qualquer propósito.

Dedico, também, esta dissertação, ao Prof. Dr. Edvan Soares de Oliveira, meu orientador e mentor, cuja competência e dedicação foram fundamentais para a concretização deste estudo. Agradeço por sua incessante disposição em me guiar, garantindo que, mesmo diante das dificuldades, eu não desanimasse. Sua atenção, compreensão e amizade foram pilares essenciais ao longo deste percurso, e sou profundamente grato por sua influência positiva em minha formação acadêmica e pessoal. A forma como você sempre acreditou em meu potencial, incentivando-me a explorar novas ideias e a me superar, foi um verdadeiro catalisador para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Ao quadro docente da FUCAPE, com quem tive a honra de aprender durante o processo de realização do Curso de Mestrado Profissional em Contabilidade e Administração, transmitindo-nos novos conhecimentos, o meu muito obrigado!

Aos colegas mestrandos do Mestrado Profissional em Contabilidade e Administração da FUCAPE pelos bons momentos de convivência que tivemos no decorrer das aulas e na troca de conhecimento.

Aos demais familiares e amigos, pela compreensão e pelo carinho, em especial ao amigo Jose Adeilson por todas as contribuições.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar se a privatização dos serviços postais tem efeitos distintos sobre o IDH de países a depender do seu nível de pobreza e de desigualdade, e se justifica pela necessidade de se compreender os efeitos que a privatização pode trazer para países com diferentes realidades sociais. Para alcançar os objetivos da pesquisa foram estimados modelos de regressão linear múltipla por mínimos quadrados ordinários controlados por efeito fixo de ano e continente, além da aplicação do estimador de Diferenças em Diferenças para múltiplos períodos. Os resultados indicam que, em média, a privatização se associa a ganhos de IDH; contudo, em contextos de elevada pobreza esse efeito perde significância e, sob altos níveis de desigualdade, pode tornar-se negativo — possivelmente devido à restrição de acesso aos serviços postais imposta a populações em maior vulnerabilidade. Esses achados contribuem para o debate sobre a privatização postal ao sugerir que a decisão deve considerar as condições sociais de cada país, evitando soluções uniformes.

**Palavras-chave:** privatização; serviços postais; pobreza; desigualdade social.

## ABSTRACT

This study aimed to evaluate whether the privatization of postal services has different effects on countries' Human Development Index (HDI), depending on their levels of poverty and inequality. The research is justified by the need to understand how privatization policies may affect countries with diverse social realities. To achieve this objective, multiple linear regression models were estimated using Ordinary Least Squares (OLS), controlling for year and continent fixed effects, in addition to a staggered Difference-in-Differences (DiD) estimator for multiple treatment periods. The results indicate that, on average, privatization is associated with HDI gains; however, in contexts of high poverty, this effect loses statistical significance, and under elevated levels of inequality, it may even become negative — possibly due to limited access to postal services among the most vulnerable populations. These findings contribute to the debate on postal privatization by suggesting that the decision to privatize should consider each country's social conditions, avoiding one-size-fits-all solutions.

**Keywords:** Privatization; postal services; poverty; social inequality.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 BEM-ESTAR SOCIAL .....	13
2.2 SERVIÇOS POSTAIS E PRIVATIZAÇÕES .....	14
2.3 POBREZA .....	18
2.4 DESIGUALDADE SOCIAL .....	19
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>22</b>
3.1 BASE DE DADOS, AMOSTRA E TRATAMENTOS .....	22
3.2 VARIÁVEIS .....	23
3.2.1 Variável Dependente .....	23
3.2.2 Variáveis Independentes De Interesse .....	24
3.2.3 Variáveis Independentes de Controle.....	25
3.2 MODELOS ECONOMÉTRICOS E TÉCNICAS DE ESTIMAÇÃO .....	27
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>29</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A prestação de serviços públicos constitui um dos pilares fundamentais para a promoção do bem-estar social, a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento econômico em países com diferentes níveis de renda (Estache & Wren-Lewis, 2009). Ao longo das últimas décadas, reformas institucionais voltadas à reconfiguração do papel do Estado têm promovido transformações significativas nos arranjos de governança desses serviços, impulsionadas por uma combinação de fatores fiscais, políticos e ideológicos (Estache & Wren-Lewis, 2009; Bortolotti & Milella, 2008). Nesse contexto, a privatização de ativos e serviços públicos tornou-se um instrumento adotado por países, sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, como parte de uma agenda de liberalização econômica e modernização administrativa.

A literatura, no entanto, apresenta divergências quanto aos efeitos econômicos e sociais da privatização, destacando-se, de um lado, possíveis ganhos em eficiência produtiva, melhoria da qualidade dos serviços e estímulo à inovação (Anuatti et al., 2005; Paiva & Leitão, 2022; Figueiredo et al., 2020; Minadeo & Oliveira, 2021). Por outro lado, também existem questões como a elevação de tarifas, a redução da universalidade do acesso e o agravamento de desigualdades regionais e sociais (Baumann, 1994; Harvey, 2009; Leal, 2022; Penalva, 2017; Rotta, 2019). Dessa maneira, os efeitos observados tendem a ser condicionados por fatores como a modelagem contratual adotada, a atuação das agências reguladoras e o nível de maturidade institucional (Sappington & Sidak, 2003; Estache & Wren-Lewis, 2009).

Entre os setores impactados por processos de desestatização, os serviços postais configuram-se como um objeto de análise, especialmente em razão de suas características estruturais e de seu papel estratégico na promoção da coesão social e territorial (Leal, 2022; Paiva & Leitão, 2022). Classificados como serviços essenciais em muitos países, os serviços postais garantem a comunicação, o transporte de bens essenciais e o acesso a direitos fundamentais (Souza, 2023).

Além da função tradicional de envio de correspondências e encomendas, os serviços postais têm desempenhado um papel crescente no suporte ao comércio eletrônico e à inclusão digital, favorecendo o fluxo econômico e a conectividade de regiões urbanas e periféricas (Gaban, 2022; Crew & Kleindorfer, 2002). A importância do serviço postal foi atenuada com a pandemia da Covid-19, ao intensificar o uso do *e-commerce* e a necessidade de um sistema de logística ágil e confiável. Estima-se que, em 2020, mais de 22% do comércio global tenha ocorrido por plataformas digitais, pressionando os sistemas postais a atenderem novas demandas de capilaridade e eficiência (UNCTAD, 2024; Borsenberger, 2020).

Assim, a privatização dos serviços postais impõe desafios específicos à formulação de políticas públicas, exigindo equilíbrio entre eficiência econômica, universalização do acesso e justiça distributiva (Joskow, 2007; Crew & Kleindorfer, 2002). Embora haja evidências de ganhos de produtividade em áreas urbanas densamente povoadas, estudos demonstram que, na ausência de uma regulação eficaz, a prestação dos serviços tende a se concentrar em zonas mais rentáveis, deixando descobertas localidades de menor atratividade econômica (Estache & Wren-Lewis, 2009; Sappington & Sidak, 2003).

Apesar da relevância dos serviços postais postulada pela União Postal Universal - UPU, a literatura tem sido controversa quanto aos benefícios de privatizar

o setor. Trabalhos que defendem a privatização sugerem que esse movimento intensifica o investimento no setor, aumenta a qualidade e eficiência do serviço e impulsiona a alavancagem do setor (Paiva & Leitão, 2022; Pereira et al., 2020; Silvestre, 2010; Barreto, 2010; Anuatti et al., 2005). Por outro lado, pesquisas também sugerem que a privatização traz prejuízos no que se refere ao acesso aos serviços e às tarifas, que aumentam e levam a um maior preço do serviço (Leal, 2022). Além disso, a privatização pode restringir o serviço, deixando de ser oferecido em locais de difícil acesso e que trazem menor lucratividade para o setor (Leal, 2022; Piketty, 2014; Harvey, 2009).

É importante destacar que os impactos da privatização não podem ser analisados de forma isolada, desconsiderando o contexto estrutural de cada país (Estrin & Pelletier, 2018). Fatores como desigualdade socioeconômica, pobreza persistente e fragilidade institucional podem potencializar os efeitos negativos das reformas, sobretudo quando essas são orientadas exclusivamente pela lógica de mercado (Saiani & Azevedo, 2022; Bayliss, 2024; Oliveira & Kozan, 2020; Pereira et al., 2020; Boudreux, 2019).

Bayliss & Mattioli (2018) argumenta que, em contextos marcados por desigualdade, a atuação do Estado permanece essencial para garantir a oferta equitativa de serviços básicos, como saúde, saneamento, educação e, de forma crescente, os serviços postais. Nessa linha, Bonfim et al. (2022) evidenciam que populações com acesso limitado a esses serviços tendem a apresentar maiores índices de pobreza e exclusão. Ainda assim, observa-se estudos sobre privatizações negligenciando a análise de variáveis sociais como determinantes de seus resultados (Bayliss, 2024; Boudreux, 2019).

Tal lacuna evidencia a necessidade de compreender como as desigualdades estruturais podem influenciar, ou até mesmo comprometer, o sucesso de modelos privatizados, especialmente em serviços de natureza essencial e capilaridade nacional (Bayliss, 2024; Bayliss & Mattioli, 2018). Embora existam estudos relevantes sobre os efeitos da privatização em setores como energia e saneamento, com foco na eficiência, qualidade e cobertura (Côrtes et al., 2023; Adams, 2007; Reis, 2006), ainda são escassas as análises que examinam como a privatização dos serviços postais afetam a distribuição de recursos e benefícios (Bayliss, 2024). Em particular, são escassos os trabalhos que investigam como desigualdades estruturais, expressas por elevados índices de pobreza e desigualdade de renda, podem condicionar os efeitos da privatização sobre o bem-estar social (Chao, 2016).

Diante dessa lacuna, a presente pesquisa propõe responder à seguinte pergunta: De que maneira a pobreza e a desigualdade influenciam o modo como a privatização dos serviços postais afeta o bem-estar social? Assim, o objetivo desta pesquisa é avaliar o efeito da privatização dos sistemas postais dos países no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, além de avaliar como esses efeitos mudam a depender do nível de pobreza e desigualdade do país estudado.

Para alcançar os resultados, esta pesquisa aborda uma metodologia quantitativa, com dados secundários extraídos do Banco Mundial e do portal da União Postal Universal (UPU). Foram estimados modelos de regressão linear múltipla, que têm como variáveis dependentes o IDH e a qualidade de atendimento, *proxy* de bem-estar e qualidade. Como variável explicativa, foi utilizada a variável que captura se os serviços postais do país são ou não privados, bem como variáveis de pobreza e de desigualdade social e as interações dessas com a variável de privatização. Além

disso, foi estimado um modelo de diferença em diferenças para múltiplas datas de privatização.

Os resultados sugerem que, em média, há um efeito positivo da privatização sobre o IDH dos países, no entanto, esse efeito está sujeito ao nível de pobreza e desigualdade observado no país estudado. Em especial, para maiores níveis de pobreza, o efeito da privatização sobre o IDH é pouco significativo, enquanto para países com maiores níveis de desigualdade, o efeito se torna negativo, indicando que a maneira como os países absorvem a privatização está fortemente condicionada pelas suas características sociais, o que pode ser explicado pela restrição de acesso aos serviços postais imposta a populações em maior vulnerabilidade.

Esses resultados trazem contribuições à literatura ao evidenciar que os efeitos da privatização dos serviços postais sobre o bem-estar social, mensurado pelo IDH, não são homogêneos entre os países, sendo condicionados por fatores estruturais como pobreza e desigualdade. Ao incorporar variáveis sociais como moderadoras dos impactos da privatização, este estudo avança o debate, explorando dimensões econômicas e sociais em uma análise abrangente sobre os efeitos distributivos da desestatização, um aspecto ainda a ser explorado na literatura especializada.

A pesquisa traz contribuições práticas ao oferecer subsídios empíricos que podem orientar decisões políticas quanto à implementação de reformas privatizantes no setor postal, sobretudo em países com altos índices de vulnerabilidade social. Ao demonstrar que os impactos da privatização variam de acordo com o contexto social, os resultados reforçam a necessidade de políticas regulatórias e compensatórias que garantam a universalização do acesso aos serviços essenciais, prevenindo o agravamento das desigualdades sociais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 BEM-ESTAR SOCIAL

O bem-estar social refere-se às condições concretas de vida da população e à capacidade dos indivíduos de usufruírem plenamente de direitos fundamentais, como saúde, educação, renda, segurança e participação social (Oishi et al., 2022; Antoniazzi & Raiher, 2020; Sen, 1999).

Embora o crescimento econômico — geralmente medido pela variação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) — seja amplamente utilizado como indicador de desenvolvimento produtivo, ele falha em captar a complexidade das condições sociais vividas pelos indivíduos. Evidências empíricas demonstram que, em contextos de desigualdade estrutural, alguns países apresentam crescimento expressivo sem promover avanços proporcionais na qualidade de vida da maioria da população (Infante-Amate, 2024; Jansen, 2024; Patterson, 2023). Esses achados reforçam que indicadores alternativos ao PIB, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são mais apropriados para avaliar o progresso humano em contextos de elevadas desigualdades (OECD, 2023; Syrovátka, 2019).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) integra três componentes essenciais: expectativa de vida ao nascer, média de anos de escolaridade da população adulta e renda nacional bruta per capita (PNUD, 2023). O IDH surgiu como uma alternativa metodológica para avaliar o bem-estar e a qualidade de vida, considerando aspectos que vão além do crescimento econômico estrito (Klugman et al., 2011).

A literatura tem feito esforços em explicar fatores que explicam o IDH dos países. Entre esses fatores se destaca o desemprego, uma vez que esse fator tem

efeitos sobre a educação e a saúde, que são pilares no IDH (Kingdon & Knight, 2004). Outro fator debatido na literatura é a taxa de câmbio, uma vez que interfere no poder de compra da população (Rodrik, 2008). Além disso, o acesso à internet pode fomentar o desenvolvimento humano, sobretudo em questões educacionais (Chakravarty & Rice, 2011).

O nível de urbanização do país também tem sido encarado como um fator que pode interferir no bem-estar, uma vez que se trata um facilitador de implementação de infraestrutura, serviços públicos, educação e saúde (Henderson, 2010). Por fim, destaca-se a crise sanitária associada à pandemia de COVID-19, que se tratou de um evento que determinou implicações comprometedoras para o desenvolvimento humano, uma vez que comprometeu a renda, a educação e a saúde (Decerf et al., 2021).

## 2.2 SERVIÇOS POSTAIS E PRIVATIZAÇÕES

O setor público é constituído por instituições estatais responsáveis pela prestação de serviços essenciais à sociedade, fundamentadas no interesse coletivo e no bem-estar social (Nobrega, 2024; Gaban, 2022). Já o setor privado atua com base na lógica de mercado, visando a maximização de lucros e a eficiência operacional (Megginson & Netter, 2001; Baumann, 1994). A privatização, nesse contexto, refere-se à transferência da gestão ou propriedade de serviços públicos para entidades privadas, podendo ocorrer por meio de venda direta, concessões ou parcerias público-privadas (Anuatti et al., 2005; Priest, 1988; Laffont & Tirole, 1993).

A privatização dos serviços postais não é um fenômeno recente, tendo ganhado força nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo em países da Europa Ocidental, como Reino Unido, Alemanha e Holanda, como parte de reformas estruturais voltadas à

redução do tamanho do Estado e ao estímulo à competitividade (Minadeo & Oliveira, 2012). Em função de contextos institucionais e econômicos distintos, os países seguiram caminhos variados: Portugal optou por uma privatização parcial; a Argentina reestatizou o setor; e o Brasil, embora não tenha promovido a privatização, intensificou o debate nas últimas décadas, motivado por restrições fiscais e pela transformação digital do setor, que ampliou o papel estratégico dos serviços postais na logística nacional e internacional (Souza, 2023; Leal, 2022; DIEESE, 2021).

A principal justificativa apresentada para a privatização está relacionada à ineficiência dos serviços públicos e à necessidade de reduzir o papel do Estado na economia, especialmente em contextos de crises fiscais (Harvey, 2009; Baumann, 1994). Essa lógica foi predominante no avanço das reformas neoliberais em diversos países nas últimas décadas (Teixeira, 2016; Harvey, 2009), nas quais a busca por eficiência, dinamismo econômico e desoneração dos cofres públicos impulsionou a adoção de políticas de privatização em setores estratégicos, como energia, saneamento e serviços postais (Côrtes et al., 2023; Estache & Wren-Lewis, 2009).

Contudo, estudos demonstram que os efeitos da privatização são altamente condicionados pelo contexto institucional, regulatório e socioeconômico de cada país (Estache & Wren-Lewis, 2009; Hall & Lobina, 2006; Florio, 2004; Megginson & Netter, 2001). Embora haja ganhos de eficiência em alguns casos, os benefícios nem sempre são repassados aos consumidores finais, especialmente os mais pobres, podendo ocorrer aumento das tarifas, piora na qualidade dos serviços e exclusão de populações vulneráveis (Berthaud & Davico, 2013; Kemp, 2016; Hall & Lobina, 2006).

Estudos comparativos entre países europeus e latino-americanos revelam que a presença de instituições estáveis e transparentes é um fator determinante para o sucesso das privatizações (Estache & Wren-Lewis, 2009; Ferraz, 2009). Países com

estruturas políticas consolidadas conseguiram minimizar os efeitos negativos do processo, enquanto ambientes frágeis ou marcados por desigualdades estruturais enfrentaram dificuldades para assegurar a universalização e equidade no acesso aos serviços, incluindo os postais (Paiva & Leitão, 2022; Berthaud & Davico, 2013; Florio, 2004).

Adicionalmente, a regulação se apresenta como elemento central para mitigar os riscos da privatização. Marcos regulatórios bem estruturados são capazes de assegurar padrões mínimos de atendimento, evitar práticas abusivas e garantir a continuidade dos serviços em regiões menos lucrativas (Estache & Wren-Lewis, 2009; Joskow, 2007; Laffont & Tirole, 1993). No entanto, sua efetividade depende da existência de agências reguladoras autônomas, capacidade técnica e contratos claros com metas de desempenho e mecanismos de fiscalização (Guasch, 2004; Joskow, 2007; Kemp, 2016).

Em termos empíricos, os estudos também mostram efeitos ambíguos. Em alguns casos, como o da privatização dos serviços de água na Argentina, houve redução da mortalidade infantil em regiões pobres devido à ampliação do acesso promovida pelo investimento privado (Galiani et al., 2005). Em contrapartida, experiências como a de Manaus revelam que a privatização pode restringir o acesso dos mais pobres, devido ao aumento de tarifas (Hall & Lobina, 2006). Situações semelhantes foram observadas na prestação de serviços postais em países da Europa e América Latina (Berthaud & Davico, 2013; Ferraz, 2009).

Por fim, autores como Oliveira e Kozan (2020) e Kemp (2016) alertam para a necessidade de incorporar indicadores sociais nas análises sobre privatização. Muitos processos são conduzidos a partir de uma lógica estritamente econômica, desconsiderando fatores como pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social, o que

pode comprometer o bem-estar social. Além disso, o debate jurídico sobre o monopólio postal reforça a função estratégica do setor para a integração nacional e a prestação universal de serviços essenciais (Gaban, 2022; Nobrega, 2024).

Na literatura especializada em economia regulatória, a privatização é associada à melhoria na eficiência produtiva, ao aumento da capacidade de investimento e à introdução de inovações tecnológicas, especialmente quando há competição ou mecanismos de incentivo à performance (Joskow, 2007; Estache & Wren-Lewis, 2009). Em alguns contextos, a abertura do mercado à iniciativa privada também tem sido relacionada à ampliação da cobertura de serviços em áreas urbanas densamente povoadas, à racionalização de custos operacionais e à maior sensibilidade a demandas dos consumidores, desde que adequadamente regulamentada (Laffont & Tirole, 1993; Foster & Briceno-Garmendia 2010; Paiva & Leitão, 2022).

Por outro lado, estudos empíricos indicam que a ausência de regulação eficaz pode resultar em consequências adversas, como a redução da cobertura em áreas remotas, a elevação de tarifas para usuários de baixa renda e a priorização de regiões com maior rentabilidade econômica (Clarke & Wallsten, 2002; Kessides 2004; Joskow, 2007; Estache & Wren-Lewis, 2009).

Esses riscos têm sido observados particularmente em experiências da América Latina, onde a privatização de serviços essenciais ocorreu sem marcos regulatórios robustos ou cláusulas contratuais de universalização adequadas. Nessas circunstâncias, instrumentos como subsídios cruzados, metas de atendimento e agências reguladoras independentes são destacados como mecanismos importantes para reduzir os impactos negativos e garantir o acesso equitativo à população (Guasch, 2004; Joskow, 2007 Araral 2009; Bayliss 2024).

## 2.3 POBREZA

A pobreza é compreendida como uma condição caracterizada por privações que comprometem o pleno desenvolvimento humano (Sem, 1984; Alkire & Foster, 2011; Lanau et al., 2020). O conceito vai além da ausência de recursos financeiros, incluindo limitações no acesso à saúde, educação, moradia e demais serviços essenciais (Romão, 1993; Sachs, 2005; D'Attoma et al., 2024), mas se trata de um fenômeno multidimensional que afeta a liberdade de escolha, a autonomia individual e o bem-estar social (Alkire, 2007; Lanau et al., 2020).

A linha de pobreza estabelecida pelo Banco Mundial, atualmente fixada em US\$ 3,00 por dia, é um parâmetro adotado para avaliar o grau de vulnerabilidade das populações em países em desenvolvimento (World Bank, 2023). Contudo, pesquisas indicam que políticas de privatização de serviços essenciais, quando não acompanhadas de regulação eficaz, podem afetar desproporcionalmente os mais pobres, restringindo ainda mais seu acesso a bens públicos fundamentais (Estache & Wren-Lewis, 2009; Hall & Lobina, 2006).

Os serviços postais desempenham um papel essencial nas políticas de inclusão social, especialmente em regiões remotas e de baixa densidade populacional (Crew & Kleindorfer, 2001). Souza (2023) destaca que esses serviços são fundamentais para assegurar a universalidade do atendimento e para a implementação de políticas públicas, como a distribuição de documentos, livros e auxílio em situações emergenciais. A ausência de uma cobertura estatal pode comprometer o direito à comunicação e à cidadania em comunidades mais isoladas (Universal Postal Union, 2025; European Parliament, 2016; Teixeira, 2016; Paiva & Leitão, 2022).

A eventual privatização dos serviços postais levanta preocupações sobre a sua acessibilidade nas regiões de maior vulnerabilidade, onde os interesses de mercado tendem a não garantir a prestação dos serviços sem subsídios ou regulação adequada (Estache & Wren-Lewis, 2009; Joskow, 2007; Gaban, 2022). Essa preocupação é reforçada por experiências internacionais em que a lógica da lucratividade reduziu o alcance dos serviços, penalizando as populações de baixa renda (Florio, 2004; Berthaud & Davico, 2013).

Diante do exposto sobre os benefícios e os malefícios advindos da privatização, espera-se que países mais pobres tenham seus níveis de IDH afetados de maneira distinta diante da privatização, assim se desenvolve a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: O efeito da privatização do serviço postal no IDH muda a depender do nível de pobreza do país.

## 2.4 DESIGUALDADE SOCIAL

A desigualdade social diz respeito à distribuição assimétrica de recursos, oportunidades e condições de vida entre diferentes grupos da sociedade (Milanovic, 2016). Essa assimetria manifesta-se em algumas dimensões, como renda, acesso à educação, saúde, moradia e serviços básicos, perpetuando ciclos de exclusão e vulnerabilidade (Wilkinson & Pickett, 2010; Pereira et al., 2020; Saiani & Azevedo, 2022). Trata-se de um fenômeno estrutural que condiciona o bem-estar dos indivíduos e impacta diretamente a eficácia das políticas públicas, incluindo aquelas voltadas à prestação de serviços essenciais (Atkinson, 2015).

A mensuração da desigualdade é frequentemente feita por meio do índice de Gini, que capta o grau de concentração de renda em uma população (De Maio, 2007).

No entanto, estudos têm destacado que essa métrica, embora útil, não é suficiente para captar a complexidade das desigualdades existentes (Cobham & Sumner, 2013), uma vez que outras variáveis, como acesso desigual à informação, à infraestrutura digital e a serviços públicos, também exercem papel central na produção e reprodução das desigualdades (Barros et al, 2000; Van Dijk & Hacker, 2003).

No contexto da privatização de serviços públicos, como os serviços postais, a literatura aponta que a desigualdade social atua como um fator condicionante dos seus efeitos (Hall & Lobina, 2006; Bayliss & Fine, 2008). Em países marcados por elevada desigualdade, há maior probabilidade de que os grupos mais vulneráveis sejam desproporcionalmente afetados pelas mudanças nos modelos de gestão e financiamento dos serviços (Prasad, 2006; Saiani & Azevedo, 2022; Oliveira & Kozan, 2020). Isso ocorre porque o mercado tende a priorizar regiões e segmentos economicamente mais atrativos, deixando de atender adequadamente populações em situação de exclusão social e econômica (Clarke & Wallsten, 2002; Bakker, 2007; Estache & Wren-Lewis, 2009).

A experiência internacional demonstra que a ausência de mecanismos regulatórios bem definidos pode aprofundar as desigualdades já existentes, ao passo que cláusulas contratuais de universalização, subsídios cruzados e metas sociais podem atenuar esses efeitos (Joskow, 2007; Guasch, 2004). Entretanto, tais instrumentos nem sempre são implementados de forma eficaz, especialmente em contextos de baixa capacidade institucional ou fragilidade regulatória, o que torna a desigualdade social um agravante nas consequências da privatização (Harvey, 2009; Laffont & Tirole, 1993).

Dessa forma, espera-se que o grau de desigualdade social de um país influencie a forma como a privatização de serviços postais impacta o bem-estar da população. Isso justifica a formulação da seguinte hipótese de pesquisa:

H2: O efeito da privatização do serviço postal no IDH muda a depender do nível de desigualdade do país.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 BASE DE DADOS, AMOSTRA E TRATAMENTOS

A pesquisa tem como objetivo avaliar o efeito da privatização dos sistemas postais dos países no IDH, além de avaliar como esses efeitos mudam a depender do nível de pobreza e desigualdade do país estudado. Para isso, o estudo adotou uma metodologia quantitativa de caráter descritivo e com dados secundários organizados como um painel desbalanceado entre os anos 2000 e 2023. O uso de painel desbalanceado permite a inclusão de unidades com períodos de observação distintos, maximizando o aproveitamento das informações disponíveis e ampliando o poder de inferência estatística (Baltagi, 2021).

O primeiro ano da amostra (2000) se justifica por representar um ponto de inflexão nas reformas neoliberais adotadas por diversos países em desenvolvimento, especialmente no que tange à reestruturação de serviços públicos essenciais como os postais (Bortolotti & Milella, 2008; Estache & Wren-Lewis, 2009; Bayliss & Van Waeyenberge, 2018). O último ano da amostra (2023) se justifica por ser o último período com dados completos e atualizados disponíveis nos bancos de dados internacionais utilizados nesta pesquisa, assegurando a contemporaneidade das análises sem comprometer a comparabilidade estatística entre os países da amostra.

Os dados referentes à privatização dos serviços postais foram coletados do *Universal Postal Union* (UPU), enquanto dados referentes ao IDH foram coletados do *Human Development Reports* (PNUD), dados referentes à pobreza, GINI, taxa de câmbio e Urbanização foram coletados do *World Bank Open Data* e dados referentes ao acesso à internet foram extraídos do *International Telecommunication Union*, 2024 (ITU).

A tabela 1 evidencia o processo de construção da amostra, que contou inicialmente com 4608 observações. 674 linhas de dados foram perdidas por não conterem as informações referentes ao IDH, 2204 foram excluídas por não contemplarem dados sobre pobreza e/ou desigualdade e 454 foram excluídas por não apresentarem dados referentes às variáveis de controle, restando assim 1276 informações país-ano.

Tabela 1 - Composição da amostra

Descrição	Observações
Total de Observações iniciais considerando 192 países com informações disponíveis no UPU	4608
(-) Linhas da amostra sem informações de IDH	(674)
(-) Linhas da amostra sem informações sobre pobreza e desigualdade	(2204)
(-) Dados faltantes necessários para cálculo das variáveis de controle	(454)
<b>Total de Observações para a pesquisa (amostra completa)</b>	<b>1276</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Para minimizar possíveis vieses advindos da presença de *outliers*, todas as variáveis, com exceção das *dummies*, foram winsorizadas ao nível de 1%, pois isso garante robustez em distribuições com alta variabilidade nas estimativas econômétricas (Alvaredo et al., 2018; Chen & Ravallion, 2010; Raj et al., 2023; Coady & Dizioli, 2017).

## 3.2 VARIÁVEIS

### 3.2.1 Variável Dependente

Diante do objetivo da pesquisa, a variável dependente é a descrita abaixo:

- $idh_{it}$ : A variável representa o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país  $i$  na data  $t$ . Essa métrica é utilizada na literatura (Raj et al., 2023; Klugman, Rodríguez & Choi, 2011; Ranis, Stewart & Samman, 2006) como *proxy* para bem-estar social e é medida utilizando-se três pilares: longevidade, nível

educacional e padrão de vida. A métrica é avaliada em uma escala que vai de 0 a 1 e quanto mais próxima de 1 maior o nível de desenvolvimento humano do país e, por conseguinte, o bem-estar da população (UNDP, 2020).

### **3.2.2 Variáveis Independentes De Interesse**

As variáveis de interesse desta pesquisa são as descritas abaixo:

- $priv_{it}$ : Representa uma variável *dummy* do país  $i$  no ano  $t$ , que assume valor 1 para países que passaram pelo processo de privatização, em especial, no período pós-privatização. Essa *dummy* assume valor 0 em caso contrário. O uso dessa *dummy* é prática na literatura, pois evidencia sob aspectos de políticas públicas ou desempenho econômico os efeitos estruturais antes e depois da privatização (Bortolotti & Milella, 2008; Chong & López-de-Silanes, 2005; Megginson & Netter, 2001).
- $pob_{it}$ : Representa o nível de pobreza do país  $i$  na data  $t$ . A variável é mensurada como o percentual de pessoas no país que vivem abaixo da linha da pobreza, que é estabelecido de acordo com o critério definido pelo Banco Mundial (menos de US\$ 3,00 por dia) (Ferreira et al., 2015; Ravallion, 2016).
- $desig_{it}$ : Representa o nível de desigualdade do país  $i$  na data  $t$ . A variável foi medida a partir do Gini, que é um índice que mede a distribuição de renda ou riqueza de um país na escala de 0 a 1, onde 0 representa a igualdade e 1 a desigualdade máxima (Atkinson & Brandolini, 2001; Barro, 2000; Milanovic, 2011).

### 3.2.3 Variáveis Independentes de Controle

Como variáveis de controle foram utilizados:

- $desemp_{it}$ : Representa a taxa de desemprego do país na data  $t$ . Como o desemprego influencia diretamente a renda, a educação e a saúde, e estes são pilares do IDH, ele está intimamente ligado ao impacto no IDH de um país e consequentemente ligado ao declínio do bem-estar individual e coletivo (Kingdon & Knight, 2004).
- $camb_{it}$ : Representa a taxa de câmbio do país  $i$  na data  $t$ . Considerado um item que afeta o poder de compra devido à sua volatilidade, essa variável pode ter impactos sobre o IDH, além disso, a taxa de câmbio influencia a capacidade do Estado em fornecer bens e serviços (Rodrik, 2008).
- $internet_{it}$ : A variável representa a parcela da população que tem acesso à internet no país  $i$  na data  $t$ . Essa variável foi considerada devido à sua capacidade de fomentar o desenvolvimento humano, sobretudo em questões educacionais, que é um dos pilares do IDH (Chakravarty & Rice, 2011).
- $urban_{it}$ : A métrica representa a parcela do país que é urbanizada no país  $i$  na data  $t$ . A urbanização é considerada um facilitador de implementação de infraestrutura, serviços públicos, educação e saúde, o que pode ter impactos sobre o IDH (Henderson, 2010).
- $pand_{it}$ : A métrica representa a dummy de crise de pandemia, que assume valor 1 para o país  $i$  no período de 2020 a 2022 e 0 em caso contrário. A pandemia foi um evento que comprometeu a renda, a educação e a saúde, consideradas pilares do IDH (Decerf et al., 2021).

O quadro 1 evidencia as variáveis da pesquisa, definições e fontes.

Quadro 1 - Variáveis da pesquisa

Variáveis	Tipo	Métrica	Fonte	Referência
Índice de Desenvolvimento Humano ( <i>idh</i> )	Dependente	Representa o Índice de desenvolvimento humano entre 0 e 1	PNUD (Human Development Reports)	Raj et al., 2023; Klugman, Rodríguez & Choi, 2011; Ranis, Stewart & Samman, 2006
Tipos de Serviços: público ou privado ( <i>priv</i> )	Independente	<i>Dummy</i> que assume valor 1 caso o país tenha os serviços postais privados e 0 em caso contrário	UPU (Universal Postal Union)	Bortolotti & Milella, 2008; Chong & López-de-Silanes, 2005; Megginson & Netter, 2001
Pobreza ( <i>pob</i> )	Independente	Nível de pobreza, dado pelo percentual da população que vive com menos que US\$ 2,15 por dia	Banco Mundial (World Bank Open Data)	Ferreira et al., 2015; Ravallion, 2016
Desigualdade ( <i>desig</i> )	Independente	Representa o nível de desigualdade de renda de um país, metrificado pelo GINI	Banco Mundial (World Bank Open Data)	Atkinson & Brandolini, 2001; Barro, 2000; Milanovic, 2011
Desemprego ( <i>desemp</i> )	Controle	Representa a taxa de desemprego do país	Banco Mundial (World Bank Open Data)	Kingdon e Knight, 2004
Câmbio ( <i>camb</i> )	Controle	Representa a taxa de câmbio do país	Banco Mundial (World Bank Open Data)	Rodrik, 2008
Internet ( <i>internet</i> )	Controle	Representa a proporção de pessoas que tem acesso à internet	ITU (International Telecommunication ,2024 Union)	Chakravarty & Rice, 2011
Urbanização ( <i>urban</i> )	Controle	Representa a proporção do país que é urbanizada	Banco Mundial (World Bank Open Data)	Henderson, 2010
Pandemia ( <i>pand</i> )	Controle	Variável <i>dummy</i> que assume valor 1 caso a data estudada seja período de pandemia de COVID-19 e 0 em caso contrário.	OMS	Decerf et al., 2021

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

### 3.2 MODELOS ECONOMÉTRICOS E TÉCNICAS DE ESTIMAÇÃO

Para alcançar os objetivos da pesquisa e responder quanto à validade das hipóteses, foi estimado o modelo descrito pela equação 1:

$$\begin{aligned} idh_{it} = & \beta_0 + \beta_1 priv_{it-1} + \beta_2 \cdot pob_{it} + \beta_3 desig_{it} + \beta_4 priv_{it-1} * pob_{it} \\ & + \beta_5 priv_{it-1} * desig_{it} + \sum_j \beta_j controle_{j it} + \varepsilon_{it} \end{aligned} \quad (1)$$

O coeficiente  $\beta_1$  captura o efeito da privatização no IDH, independentemente de pobreza e desigualdade. Os coeficientes  $\beta_2$  e  $\beta_3$ , por suas vezes, capturam os efeitos isolados da pobreza e da desigualdade no IDH.

Os coeficientes que interessam à pesquisa, para verificação da validade das hipóteses, são os coeficientes  $\beta_4$  e  $\beta_5$ . O primeiro mede quanto o efeito da privatização no IDH muda devido à pobreza. De acordo com a hipótese H1, espera-se que esse coeficiente seja estatisticamente significativo, o que indicaria que a maneira como a privatização afeta o IDH muda a depender do nível de pobreza do país estudado.

O coeficiente  $\beta_5$ , por sua vez, mede o efeito adicional da privatização sobre o IDH diante de maiores índices de desigualdade. De acordo com a hipótese H2, espera-se que esse coeficiente seja estatisticamente significativo, o que indicaria que o efeito da privatização sobre o IDH muda para países com níveis distintos de desigualdade.

O modelo foi estimado utilizando duas diferentes abordagens metodológicas: primeiro com Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) controlados por efeito fixo de ano e continente, com variâncias de erros corrigidas pelo estimador de White, que segundo Wooldridge (2014) é robusto a potenciais problemas de heterocedasticidade.

Como segunda abordagem, o modelo foi estimado por máxima verossimilhança aplicada a um modelo TOBIT, o que se justifica pela limitação da variável dependente dentro de um intervalo entre 0 e 1.

Além dos modelos MQO e TOBIT, a presente pesquisa utiliza também o método de Diferenças em Diferenças (DID) com múltiplos períodos e eventos escalonados (*staggered treatment timing*), conforme proposto por Callaway e Sant'Anna (2021). Esse método permite estimar o efeito médio do tratamento (*Average Treatment Effect on the Treated – ATT*), considerando que diferentes países adotaram a privatização em anos distintos. A técnica controla simultaneamente os efeitos fixos de país e de ano, permitindo a identificação de efeitos causais ao comparar a evolução do IDH nos países tratados com a evolução dos países ainda não tratados em cada período.

O modelo estimado segue a estrutura proposta por Callaway e Sant'Anna (2021), incorporando efeitos fixos para países e efeitos temporais específicos para controlar por choques comuns. A aplicação do método DID justifica-se tanto pela natureza desbalanceada do painel, quanto pela necessidade de captar variações temporais heterogêneas nos efeitos da política de privatização. A estimação do modelo descrito pela equação 1 por MQO e TOBIT, bem como a utilização do estimador DID para múltiplos períodos, se trata de testes de robustez.

## 4 RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na análise empírica, com base em uma amostra de 1.276 observações. Esses valores permitem identificar o comportamento geral das variáveis ao longo do período analisado, evidenciando sua variação entre países e ao longo do tempo. Além disso, as medidas de tendência central e dispersão fornecem subsídios importantes para avaliar a consistência dos dados e orientar a interpretação dos resultados econométricos.

Tabela 2 - Estatística descritiva

<b>Painel A: Estatísticas descritivas - variáveis da pesquisa</b>								
Variável	Obs.	Média	Desvio padrão	Mínimo	1 Quartil	Mediana	3 quartil	Máximo
<i>IDH</i>	1276	0,7147	0,1710	0,2160	0,5112	0,7490	0,8221	0,9620
<i>priv</i>	1276	0,0745	0,2630	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000
<i>pob</i>	1276	0,0960	0,1696	0,0001	0,0118	0,0441	0,2213	0,8890
<i>desig</i>	1276	0,3776	0,0835	0,2400	0,2771	0,3510	0,5194	0,6481
<i>desemp</i>	1276	0,0775	0,0515	0,0001	0,0112	0,0670	0,1774	0,3401
<i>camb</i>	1276	292,41	1361,67	0,0000	0,0012	5,6632	18,221	14582,2
<i>Internet</i>	1276	0,3374	0,3294	0,0001	0,0882	0,2160	0,8042	1,0000
<i>urban</i>	1276	0,6207	0,2341	0,1298	0,5772	0,7178	0,9223	1,0000
<i>pand</i>	1276	0,0661	0,2449	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000

  

<b>Painel B: Países que passaram pelo processo de privatização dos serviços postais</b>		
País estudado	Anos - privado	Anos - público
Japão	2006 - atual	Antes de 2006
França	2010 - atual	Antes de 2010
Portugal	2013 - atual	Antes de 2013
Suecia	2009 - atual	Antes de 2009
Suíça	2013 - atual	Antes de 2013
Bélgica	2006 - atual	Antes de 2006
Malásia	2011 - atual	Antes de 2011
Reino unido	2013 - atual	Antes de 2013

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Nota: O Painel A apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na pesquisa, com base em uma amostra de 1276 observações referentes a países entre os anos de 2000 e 2023. São exibidas as seguintes métricas: número de observações válidas (Obs.), média, desvio padrão, valores mínimo e máximo, bem como os quartis (1º quartil, mediana e 3º quartil). No Painel B, são listados os países da amostra que passaram por processos de privatização do serviço postal, indicando o ano de transição do setor público para o privado. **IDH** representa o Índice de Desenvolvimento Humano (0 a 1), proveniente dos relatórios do PNUD, **priv** é uma variável *dummy* que indica a natureza do sistema

postal e assume valor 1 quando o país possui serviços postais privatizados e 0 quando caso contrário. **Pobreza** é a proporção da população que vive com menos de US\$ 2,15 por dia (indicador de pobreza extrema), com dados provenientes do Banco Mundial. **Desig** representa Índice de Gini, indicador de desigualdade de renda. **Desemp** é a taxa de desemprego como proporção da população economicamente ativa. **Camb** é Taxa de câmbio média anual do país em relação ao dólar. **Internet** é a proporção da população com acesso à internet. **Urban** representa o Percentual da população residente em áreas urbanas. **Pand** é a variável *dummy* que assume valor 1 para os anos de pandemia de COVID-19 (2020 a 2022) e 0 nos demais.

A variável dependente IDH apresenta média de 0,7147 e desvio padrão de 0,1709, indicando considerável variação entre os países e as datas estudadas. O valor mínimo observado foi de 0,216 e o máximo de 0,962, o que evidencia heterogeneidade no nível de desenvolvimento humano dos países da amostra. Esse resultado está alinhado à literatura que reconhece a elevada dispersão do IDH, sobretudo em estudos comparativos internacionais que envolvem países com diferentes níveis de renda e estrutura institucional (Barro & Lee, 2013; Costa & Moutinho, 2016).

Quanto à variável de privatização (*priv*), a média de 0,0745 indica que apenas 7,45% da amostra se trata de países ao longo dos anos que tem seus sistemas postais privatizados. O painel B revela que os países que passaram por esse processo foram: Japão, França, Portugal, Suécia, Suiça, Belgica, Malasia e Reino Unido. Entre esses, a Bélgica foi o primeiro a iniciar a privatização do serviço postal, em 2006, enquanto Portugal e o Reino Unido aparecem como os últimos a aderirem à privatização, ambos em 2013.

A variável pobreza, medida como a proporção da população em situação de vulnerabilidade, apresenta média de 0,0959, o que indica que, em média, quase 10% das populações dos países estudados vivem em condições de extrema pobreza. Essa variável apresenta alta heterogeneidade, por exemplo, países como Suiça, Japão e França apresentam níveis extremamente baixos de pobreza, inferiores a 1%,

enquanto países como Malásia e algumas nações africanas da amostra estendida registram taxas superiores a 40%, chegando a até 88,9% em certos anos observados, conforme argumentam Ravallion (2016) e Ferreira et al. (2015).

O índice de Gini, tradicionalmente utilizado para mensurar desigualdade de renda, exibe média de 0,3775, com desvio padrão de 0,0835, com valores entre 0,24 e 0,6481, reforçando a existência de heterogeneidade na distribuição de renda entre os países, conforme os achados de Solt (2020), que justifica essa heterogeneidade por fatores estruturais e institucionais históricos, variações nas políticas de redistribuição fiscal, nos sistemas de proteção social e nos regimes econômicos adotados por cada país.

A Tabela 3 apresenta a matriz de correlação entre as variáveis consideradas no modelo. Essa análise permite identificar possíveis relações lineares entre os indicadores socioeconômicos, auxiliando na detecção preliminar de padrões que podem influenciar os resultados dos modelos estimados. Além disso, a matriz contribui para avaliar a presença de correlações elevadas que possam sinalizar potenciais problemas de multicolinearidade, fortalecendo a interpretação dos coeficientes econométricos (Vatcheva et al., 2016).

Tabela 3 - Correlação de variáveis

	<i>IDH</i>	<i>pob</i>	<i>desig</i>	<i>desemp</i>	<i>camb</i>	<i>Internet</i>	<i>urban</i>
<i>IDH</i>	1						
<i>pob</i>	-0,1883**	1					
<i>desig</i>	-0,2112***	0,2219**	1				
<i>desemp</i>	-0,3334*	-0,1332**	0,1993**	1			
<i>camb</i>	-0,0772	0,1227	-0,0021	-0,2213*	1		
<i>Internet</i>	0,6778***	-0,5662*	-0,4492*	-0,0334	-0,0774*	1	
<i>urban</i>	0,8449**	-0,6777**	0,1946**	0,0021	-0,0552*	0,6623***	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: **IDH** representa o Índice de Desenvolvimento Humano (0 a 1), proveniente dos relatórios do PNUD, **priv** é uma variável *dummy* que indica a natureza do sistema postal e assume valor 1 quando o país possui serviços postais privatizados e 0 quando caso contrário. **Pobreza** é a proporção da população que vive com menos de US\$ 2,15 por dia (indicador de pobreza extrema), com dados

provenientes do Banco Mundial. **Desig** representa Índice de Gini, indicador de desigualdade de renda. **Desemp** é a taxa de desemprego como proporção da população economicamente ativa. **Camb** é Taxa de câmbio média anual do país em relação ao dólar. **Internet** é a proporção da população com acesso à internet. **Urban** representa o Percentual da população residente em áreas urbanas. Correlações marcadas com um asterisco (\*) são estatisticamente significativas com 10% de significância, correlações marcadas com dois asteriscos (\*\*) são estatisticamente significativas com 5% de significância e correlações marcadas com três asterisco (\*\*\*) são estatisticamente significativas com 1% de significância.

Os dados expõem que o índice de desenvolvimento humano (IDH) possui correlação estatisticamente negativa com o nível de pobreza, sugerindo que maiores proporções de população em situação de vulnerabilidade estão associadas a piores condições de desenvolvimento humano. Esse resultado está alinhado com o Índice de Pobreza Multidimensional proposto por Alkire e Santos (2010), que considera as privações simultâneas em diferentes dimensões fundamentais para o bem-estar humano.

O IDH também está negativamente correlacionado (e de maneira significativa) com a desigualdade, metrificada pelo GINI. Esse resultado evidencia que sociedades mais desiguais tendem a apresentar níveis mais baixos de desenvolvimento humano. Tal relação é explicada por pesquisas como a de Wilkinson e Pickett (2009) e Ferreira e Ravallion (2013), que destacam os efeitos nocivos da concentração de renda sobre a coesão social, os investimentos públicos e as oportunidades individuais.

O desemprego também se mostrou negativamente correlacionado com o IDH, indicando que países com maiores níveis de desemprego tendem a apresentar piores indicadores de desenvolvimento humano. Esse resultado pode ser justificado pela literatura (ILO, 2020), que destaca que o desemprego reduz o acesso a condições dignas de vida e compromete a sustentabilidade socioeconômica, afetando diretamente as dimensões de renda, saúde e educação.

A variável urbanização apresentou correlação estatisticamente positiva com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sugerindo que países com maior

proporção de população vivendo em áreas urbanas tendem a exibir melhores indicadores de desenvolvimento humano. Esse resultado está em consonância com estudos que apontam a urbanização como promotora de acesso ampliado à infraestrutura, saúde, educação e oportunidades econômicas, elementos centrais para o avanço do bem-estar social (UN-Habitat, 2020).

A variável internet, que mede a proporção da população com acesso à internet, também apresentou correlação estatisticamente positiva com o IDH. Isso sugere que o acesso às tecnologias digitais desempenha papel relevante na promoção do desenvolvimento humano, ao ampliar o acesso à informação, à educação e à inclusão produtiva. Esses achados são reforçados por autores como Castells (2010) e Hargittai (2002), que discutem o papel da conectividade na redução das desigualdades sociais e no fortalecimento da cidadania.

A correlação entre as variáveis independentes também merece atenção, pois embora moderada, exige cautela na escolha do modelo econométrico. A relação entre pobreza e o índice de Gini apresenta correlação estatisticamente positiva, sugerindo que países com maior desigualdade de renda tendem, em certa medida, a apresentar maiores níveis de pobreza. Outras variáveis de controle também se mostram correlacionadas entre si, o que pode trazer questionamentos quanto a presença de multicolinearidade no modelo, no entanto, ao avaliar o VIF (*Variance Inflation Factor*) - vide tabela 4 - os seus valores se apresentaram abaixo de 5, de forma que se descarta a possibilidade de multicolinearidade severa.

A tabela 4 reporta os resultados referentes às estimativas dos modelos de regressão. A apresentação conjunta do MQO, do modelo Tobit e do DID amplia a robustez dos achados, uma vez que cada técnica econométrica lida com diferentes pressupostos e limitações, oferecendo uma visão complementar dos efeitos

estimados. Além disso, a inclusão de termos de interação possibilita identificar como o impacto da privatização varia conforme as condições socioeconômicas dos países, capturando nuances que não seriam observadas em modelos lineares tradicionais. Essa abordagem é recomendada pela literatura, que destaca a importância de múltiplas especificações e do exame de heterogeneidade de efeitos para assegurar inferências mais consistentes e confiáveis (Angrist & Pischke, 2009; Cameron & Trivedi, 2005; Wooldridge, 2010; Callaway & Sant'Anna, 2021).

Tabela 4 - Regressões estimadas para as variáveis

Modelo simplificado			Modelo de DID para múltiplos períodos						
Variável	MQO TOBIT		IDH						
	IDH		Tempo	Análise geral	Pobreza		Diferença de coeficientes	GINI	
	(-) Mediana	(+) Mediana			(-) Mediana	(+) Mediana		(-) Mediana	(+) Mediana
priv	0,00232*	0,00127*	-5	-0,0003	-0,0004	0,0012		-0,0021	0,0025
pobreza	-0,01884***	-0,02294***	-4	0,0023	-0,0002	0,0033		-0,0024	0,0056
desig	-0,03333**	-0,00282*	-3	0,0092	0,0003	-0,0002		-0,0019	-0,0018
priv * pob	-0,00094*	-0,00042**	-2	-0,0063	0,0019	-0,0042		0,0006	-0,0009
priv * desig	-0,00111**	-0,00099	-1	0,0021	0,0002	-0,0031		0,0014	0,0022
desemp	-0,02234**	-0,03399*	0	0,0001	0,0034	-0,0011		-0,0032	0,0014
camb	0,00031	-0,00236	1	0,0022*	0,0041***	0,0007	0,0034**	0,0056***	-0,0011*
Internet	0,00445*	0,00473	2	0,0024***	0,0031**	0,0013	0,0018*	0,0039***	-0,0018*
urban	0,03384*	0,02885*	3	0,0021**	0,0036**	-0,0009	0,0045***	0,0042**	-0,0009*
pand	-0,00225	-0,00347*	4	0,0023*	0,0041***	0,0012	0,0029**	0,0039***	-0,0027**
Const	0,36374	1,29344	5	0,0044***	0,0061**	-0,0002	0,0063***	0,0027*	-0,0003*
Amostra	1276	1276	6	0,0055**	0,0062**	0,0047	0,0015*	0,0023***	-0,0034*
R2/pseudo – R2	0,3345	0,1738	7	0,0023**	0,0037**	0,0018	0,0019*	0,0055**	-0,0021**
p – teste F	0,000	0,000	8	0,0045***	0,0052***	0,0002	0,0050**	0,0053***	-0,0033**
VIF médio	3,44	3,44	9	0,0047***	0,0069***	0,0024	0,0045***	0,0042***	0,0046*
Var. com VIF > 5	não	não							

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Nota: A tabela apresenta os resultados dos modelos de regressão estimados para analisar os efeitos da privatização postal sobre o IDH e sua interação com os níveis de pobreza e desigualdade (Gini). São três blocos: **Modelo Simplificado**: estimativas com Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e regressão Tobit para o modelo rodado para equação 1:

$$idh_{it} = \beta_0 + \beta_1 priv_{it-1} + \beta_2 pob_{it} + \beta_3 desig_{it} + \beta_4 priv_{it-1} * pob_{it} + \beta_5 priv_{it-1} * desig_{it} + \sum_j \beta_j controle_{j it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

**Modelo DiD para múltiplos períodos (staggered DiD)**: coeficientes das diferenças em diferenças por ano relativo à privatização (de -5 a +9), em diferentes cenários de pobreza e desigualdade. **IDH** representa o Índice de Desenvolvimento Humano (0 a 1), proveniente dos relatórios do PNUD, **priv** é uma variável dummy que indica a natureza do sistema postal e assume valor 1 quando o país possui serviços postais privatizados e 0 quando caso contrário. **Pobreza** é a proporção da população que vive com menos de US\$ 2,15 por dia (indicador de pobreza extrema), com dados provenientes do Banco Mundial. **Desig** representa Índice de Gini, indicador de desigualdade de renda. **Desemp** é a taxa de desemprego como proporção da população economicamente ativa. **Camb** é Taxa de câmbio média anual do país em relação ao dólar. **Internet** é a proporção da população com acesso à internet. **Urban** representa o Percentual da população residente em áreas urbanas. **Pand** é a variável dummy que assume valor 1 para os anos de pandemia de COVID-19 (2020 a 2022) e 0 nos demais. Coeficientes marcados com um asterisco (\*) são significativos a 10% de significância, coeficientes marcados com dois asteriscos (\*\*) são estatisticamente significativos a 5% de significância e coeficientes marcados com três asteriscos (\*\*\*) são estatisticamente significativos a 1% de significância.

Para o modelo simplificado, pode-se notar que a variável *priv* se mostra estatisticamente significativa e com coeficiente positivo para explicar o IDH, seja no modelo estimado por MQO, ou no modelo TOBIT. É importante ressaltar que dadas as interações do modelo, esse resultado deve ser interpretado assumindo que tanto a variável de pobreza quanto a variável de desigualdade são nulas. Assim, na ausência de pobreza e desigualdade, os resultados sugerem que, em média, a privatização dos serviços postais traz um incremento sobre o IDH dos países.

Esse resultado pode ser explicado pelo apontamento da literatura que, em contextos regulatórios estáveis e com baixo nível de vulnerabilidade social, a privatização pode impulsionar a inovação, reduzir custos operacionais e melhorar a qualidade do serviço, o que, por sua vez, contribui indiretamente para o bem-estar da população (Megginson & Netter, 2001; Anuatti et al., 2005; Chong & López-de-Silanes, 2005; Paiva & Leitão, 2022).

Quando as variáveis de pobreza e desigualdade são avaliadas isoladamente, nota-se que seus coeficientes são estatisticamente menos positivo ou negativo, sugerindo que países com maior proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e com maior nível de desigualdade tem níveis de IDH estatisticamente inferiores a países com melhores condições socioeconômicas. Esse achado está em conformidade com a literatura, que indica que a pobreza extrema compromete o acesso a direitos básicos como saúde, educação e alimentação adequada, componentes essenciais do IDH (Ravallion, 2016; Ferreira et al., 2015).

O termo de interação *priv \* pob* apresentou coeficiente estatisticamente menos positivo em ambos os modelos, o que sugere que, em contextos de maior pobreza, o efeito positivo da privatização tende a ser mitigado, evidenciando que reformas

institucionais não necessariamente resultam em ganhos sociais em ambientes de vulnerabilidade estrutural, ou que esse ganho é reduzido. Isso se justifica pela lógica de mercado, que rege a atuação das empresas privatizadas que privilegia regiões densamente povoadas e economicamente viáveis, o que pode gerar uma retração da cobertura postal em regiões pobres, reduzindo o alcance dos serviços e comprometendo o acesso à comunicação, à logística e ao e-commerce (Crew & Kleindorfer, 2002; Estache & Wren-Lewis, 2009; Bayliss, 2024).

Os resultados são similares quando se trata da interação da desigualdade com a *dummy* de privatização. Note que o coeficiente dessa interação é estatisticamente negativo, o que sugere que o efeito positivo que a privatização pode trazer para o IDH é mitigado quando diante de cenários de alta desigualdade. Em outras palavras, quando diante de alta desigualdade, a privatização perde seus benefícios, ou até pode trazer malefícios em questão de bem-estar. Esse resultado se explica pelo fato de que em contextos com alta desigualdade de renda, a privatização tende a concentrar os investimentos e a oferta de serviços postais em áreas mais ricas e lucrativas, marginalizando comunidades periféricas e regiões menos rentáveis (Estache et al., 2002; Bayliss, 2024).

Quanto aos controles, a taxa de desemprego apresentou coeficientes estatisticamente significativos e negativos em ambos os modelos, indicando que países com maior percentual de pessoas desempregadas, em média, tem menor IDH. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que em contextos de elevado desemprego, há um aumento da vulnerabilidade social, retração do consumo e queda na arrecadação estatal, o que prejudica o financiamento de políticas públicas essenciais ao bem-estar social (Kingdon & Knight, 2004).

A variável que capta a urbanização também se mostrou estatisticamente significativa nos dois modelos, apresentando coeficientes positivos, o que sugere que países mais urbanizados têm maiores níveis de IDH. Esse achado está em conformidade com a literatura, que associa a urbanização ao aumento da eficiência produtiva, à ampliação do acesso a serviços públicos básicos e à concentração de infraestrutura socioeconômica. Em contextos urbanos, há maior densidade de escolas, hospitais, redes de transporte, saneamento e conectividade, o que favorece diretamente os três pilares que compõem o IDH: longevidade, educação e renda (Henderson, 2010).

Por fim, a *dummy* de pandemia apresentou coeficientes estatisticamente negativos nos dois modelos. Esse resultado indica que durante o período de pandemia de COVID-19, o IDH dos países, em média, caíram. Esse resultado se justifica pelos efeitos multidimensionais provocados pela pandemia, que afetaram diretamente os três pilares do IDH: renda, educação e saúde, resultando em retração econômica significativa, elevação do desemprego e interrupções nos sistemas educacionais e de saúde, especialmente nos países em desenvolvimento (Decerf et al., 2021).

A tabela 4 também apresenta os coeficientes estimados do modelo DID por janelas temporais relativas ao evento (antes e depois da privatização), considerando o IDH como variável dependente. Observa-se que, nos períodos imediatamente anteriores à privatização, os coeficientes não são estatisticamente significativos, o que fortalece a hipótese de tendências paralelas e valida a identificação causal.

Quando avaliado o modelo geral, para amostra completa, fica evidenciado que a partir do primeiro ano após a privatização dos serviços postais, em média, observa-se um aumento estatisticamente significativo do IDH, o que pode ser explicado pelos ganhos de eficiência, produtividade e inovação geralmente associados às reformas

de mercado, conforme argumentam Megginson e Netter (2001) e Chong e López-de-Silanes (2005).

Em especial, esse efeito se perpetua ao longo dos anos. Pode-se notar que o ano em que se observa maior efeito é no ano 9 (último analisado), o que sugere que os efeitos mais expressivos da privatização em setores públicos estratégicos tendem a se manifestar de forma escalonada, à medida que a nova governança se estabiliza, investimentos são realizados e práticas gerenciais mais eficazes são incorporadas (Megginson & Netter, 2001).

Quando a amostra é quebrada baseado no nível de pobreza dos países estudados, os resultados mudam. Enquanto países com pobreza abaixo da mediana tem seu IDH afetado positivamente pela privatização do setor postal, os países com pobreza acima da mediana não apresentam coeficientes estatisticamente significativos. Esse achado pode ser explicado por estudos que apontam que a privatização pode gerar ganhos de eficiência, aumento da produtividade e melhoria na qualidade dos serviços ofertados, sobretudo em contextos institucionais estáveis e com maior capacidade regulatória (Megginson & Netter, 2001; Bortolotti & Milella, 2008). Porém, a lógica de mercado pode excluir populações em situação de vulnerabilidade, prejudicando o acesso a serviços que antes eram universais sob gestão estatal, como destaca Finger & Till (2001) no contexto dos serviços postais.

Esse resultado sugere que a maneira como a privatização interfere no IDH dos países muda com nível de pobreza percebido no país, o que está em conformidade com a primeira hipótese de pesquisa H1. O achado pode ser explicado por Estache et al. (2009), que apontam que a privatização em setores essenciais tende a gerar desigualdade no acesso quando não acompanhada de mecanismos robustos de regulação e subsídios compensatórios. Nesses países, a infraestrutura é limitada, o

poder aquisitivo é baixo e a demanda muitas vezes não é suficiente para atrair operadores privados, que podem reduzir sua presença em regiões de baixa rentabilidade (Finger & Till, 2001; Chong & López-de-Silanes, 2005).

Quando a amostra é separada pelo nível de desigualdade, os resultados indicam que os países menos desiguais (Gini abaixo da mediana) têm seus IDH positivamente afetados pela privatização dos serviços postais. No entanto, os países com desigualdade acima da mediana têm o IDH negativamente afetado pela privatização. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que em contextos de alta concentração de renda e exclusão social, a população em situação de vulnerabilidade frequentemente é excluída dos benefícios diretos da privatização, já que o mercado privado tende a privilegiar os grupos com maior poder aquisitivo e residentes em regiões mais rentáveis (Birdsall & Nellis, 2003; Estache et al., 2002).

Complementarmente, Milanovic (2011), apontam que a desigualdade elevada dificulta a implementação de políticas redistributivas eficazes e amplia as disparidades no acesso a infraestrutura, educação e serviços públicos, o que impacta diretamente os componentes do IDH. Dessa forma, a maneira como a privatização dos serviços postais afetam o IDH muda a depender do nível de desigualdade no país estudado, o que está em conformidade com a hipótese H2. Esse resultado pode ser justificado por Milanovic (2011), que reforça que altos níveis de desigualdade comprometem a equidade no acesso a serviços básicos, o que é agravado quando o Estado transfere para a iniciativa privada a responsabilidade pela provisão desses serviços, sem garantir instrumentos de universalização.

Um ponto que vale ressaltar é que altos índices de pobreza mitigaram os efeitos positivos da privatização sobre o IDH, mas diferentemente da desigualdade, não torna o efeito negativo. Esse resultado pode decorrer de que as sociedades mais desiguais

enfrentam maiores dificuldades em oferecer acesso equitativo a direitos sociais, independentemente da média de renda (Wilkinson & Pickett, 2010). Assim, mesmo em países com menor incidência de pobreza, uma alta desigualdade pode concentrar o acesso aos serviços privatizados nos grupos de maior renda e escolaridade, deixando amplas parcelas da população desassistidas (OECD, 2011).

De forma geral, os resultados da pesquisa sugerem que os ganhos da privatização são heterogêneos e condicionados por estruturas sociais, e que fatores além de eficiência precisam ser levados em conta em contextos de alta vulnerabilidade social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar os efeitos da privatização dos serviços postais sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de diferentes países, considerando ainda como os níveis de pobreza e desigualdade moderam esses efeitos. A partir da análise de dados de painel desbalanceado de 50 países, entre os anos de 2000 e 2023, foram aplicados modelos econométricos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), regressão de Tobit e Diferenças em Diferenças, com eventos escalonados (*staggered DiD*), o que possibilitou uma investigação robusta sobre os impactos heterogêneos da privatização na dimensão social.

Os resultados obtidos demonstram que a privatização, de forma isolada, não possui impacto estatisticamente significativo sobre o IDH médio dos países analisados. No entanto, ao introduzir variáveis de interação com os níveis de pobreza e desigualdade, verificou-se que a privatização tende a produzir efeitos menos positivos ou até negativos no IDH em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica. Tais evidências indicam que os ganhos de eficiência advindos da privatização não se traduzem, necessariamente, em benefícios sociais para populações em situação de pobreza. Além disso, embora tenha sido observada uma melhora na qualidade dos serviços postais em países que passaram por processos de privatização, esse avanço se mostrou limitado ou revertido em cenários de elevada desigualdade de renda.

Dessa forma, a pesquisa contribui para a literatura ao evidenciar que os impactos da privatização sobre o desenvolvimento humano não são uniformes e devem ser analisados à luz das características estruturais de cada país. Em termos práticos, os resultados indicam que a decisão de privatizar setores essenciais como o serviço postal deve considerar cuidadosamente as especificidades socioeconômicas

locais, de modo a evitar as desigualdades e assegurar o acesso equitativo a serviços públicos fundamentais.

Por fim, sugere-se que estudos futuros ampliem a base de dados para outros setores públicos submetidos a processos de privatização, bem como explorem abordagens metodológicas alternativas, como modelos dinâmicos e análises de bem-estar multidimensional, que permitam capturar com maior precisão os efeitos de reformas estruturais sobre a qualidade de vida da população.

## REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. A. (2001). The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, 91(5), 1369–1401. <https://doi.org/10.1257/aer.91.5.1369>
- Adams, S. (2007). *The impact of privatization on economic growth and income inequality in developing countries* [Dissertação de mestrado, Old Dominion University]. <https://doi.org/10.25777/af59-8745>
- Ahmad, N., Raid, M., Alzyadat, J., & Alhawal, H. (2023). *Impact of urbanization and income inequality on life expectancy of male and female in South Asian countries: A moderating role of health expenditures*. *Humanities and Social Sciences Communications*, 10, Article 552. <https://doi.org/10.1057/s41599-023-02005-1>
- Alkire, S. (2007). Choosing dimensions: The capability approach and multidimensional poverty [Working Paper 88]. Chronic Poverty Research Centre. [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1646411](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1646411)
- Alkire, S., & Foster, J. (2011). Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, 95(7–8), 476–487. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.11.006>
- Alkire, S., & Santos, M. E. (2010). Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. [Working Paper 38]. Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). [https://ophi.org.uk/sites/default/files/2024-03/OPHI-wp38\\_with\\_note.pdf](https://ophi.org.uk/sites/default/files/2024-03/OPHI-wp38_with_note.pdf)
- Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2018). The elephant curve of global inequality and growth. *American Economic Review*, 108, 103–108. <https://doi.org/10.1257/pandp.20181073>
- Angrist, J. D., & Pischke, J.-S. (2009). *Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion*. Princeton University Press.
- Antoniazzi, E. A., & Raiher, A. P. (2020). Crescimento econômico e desenvolvimento: uma análise acerca da desigualdade no mercado de trabalho brasileiro. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, 28, 1-16, e202014461. <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/14461/209209213338>
- Anuatti - Neto, F., Barossi - Filho, M., Carvalho, A. G. de., & Macedo, R. (2005). Os efeitos da privatização sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas privatizadas. *Revista Brasileira de Economia*, 59(2), 151-199. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402005000200001>
- Araral, E. (2009). The failure of water utilities privatization: Synthesis of evidence, analysis and implications. *Policy and Society*, 27(3), 221–228. <https://doi.org/10.1016/j.polsoc.2008.10.006>

- Atkinson, A. B. (2015). *Inequality: What can be done?* Harvard University Press. <https://www.jstor.org/stable/j.ctvjghxqh>
- Atkinson, A. B., & Brandolini, A. (2001). Promise and pitfalls in the use of "secondary" data-sets: Income inequality in OECD countries as a case study. *Journal of Economic Literature*, 39(3), 771–799. <https://doi.org/10.1257/jel.39.3.771>
- Bakker, K. (2007). The "Commons" versus the "Commodity": Alter-globalization, anti-privatization and the human right to water in the global South. *Antipode*, 39(3), 430–455. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2007.00534.x>
- Baltagi, B. H. (2021). *Econometric Analysis of Panel Data* (6th ed.). Springer.
- Banco Mundial. (2022, October 5). *Global progress in reducing extreme poverty grinds to a halt* [Press release]. World Bank. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/10/05/global-progress-in-reducing-extreme-poverty-grinds-to-a-halt>
- Barreto, F. C. (2010). *O efeito da regulamentação no setor de saneamento básico nas taxas de mortalidade infantil* [Dissertação de Mestrado, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE]. [https://fucape.br/?jet\\_download=b317516a1cfba933fcfd2abce0817f41a2708d6a9](https://fucape.br/?jet_download=b317516a1cfba933fcfd2abce0817f41a2708d6a9)
- Barro, R. J. (2000). Inequality and growth in a panel of countries. *Journal of Economic Growth*, 5, 5–32. <https://doi.org/10.1023/A:1009850119329>
- Barro, R. J., & Lee, J. W. (2013). A new data set of educational attainment in the world, 1950–2010. *Journal of Development Economics*, 104, 184–198. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2012.10.001>
- Barros, R. P. de, Henriques, R., & Mendonça, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42). <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>
- Baumann, R. (1994). As privatizações: Solução para a crise do Estado? *Indicadores Econômicos FEE*, 22(2), 95-103. <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/820>
- Bayliss, K., Fine, B., Robertson, M., & Saad-Filho, A. (2024). Reports of my death are greatly exaggerated. The persistence of neoliberalism in Britain. *European Journal of Social Theory*, 27(4), 540-560. <https://doi.org/10.1177/13684310241241800>
- Bayliss, K., Fine, B. (2008). Privatization in Practice. In: Bayliss, K., Fine, B. (eds) *Privatization and Alternative Public Sector Reform in Sub-Saharan Africa*. Palgrave Macmillan, London. [https://doi.org/10.1057/9780230286412\\_3](https://doi.org/10.1057/9780230286412_3)
- Bayliss, K., & Mattioli, G. (2018). Privatisation, Inequality and Poverty in the UK: Briefing prepared for UN Rapporteur on extreme poverty and human rights [Working Paper 116 SRI Papers]. *Sustainability Research Institute*. <https://www.see.leeds.ac.uk/fileadmin/Documents/research/sri/workingpapers/SRIPs-116.pdf>

- Berthaud, A., & Davico, G. (2013). Panorama mundial da inclusão financeira postal: Modelos comerciais e principais questões. *União Postal Universal*. <https://www.upu.int/UPU/media/upu/publications/globalPanoramaPostalFinancialInclusionFullPt.pdf>
- Birdsall, N., & Nellis, J. (2003). Winners and losers: Assessing the distributional impact of privatization. *World Development*, 31(10), 1617–1633. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(03\)00130-3](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(03)00130-3)
- Bonfim, E. L., Camargo, C. F., & Lamberti, E. (2022). Análise Do Pensamento De Amartya Sen Sobre Pobreza Como Privação De Capacidade, E Sua Relação Com O Brasil Atual. *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça*, 9(13), 47-60. <https://doi.org/10.61389/rjdsj.v9i13.6747>
- Borsenberger, C. (2020). The COVID-19 crisis: A stress test for postal operators. *Network Industries Quarterly*, 22(2), 7-9.
- Bortolotti, B., & Milella, V. (2008). Privatization in Western Europe: Stylized facts, outcomes, and open issues. *World Bank Policy Research Working Paper*, 12406. [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=936911](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=936911)
- Boubakri, N., Cosset, J. C., & Saffar, W. (2008). Political connections of newly privatized firms. *Journal of Corporate Finance*, 14(5), 654–673. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2008.08.003>
- Boudreaux, C. J. (2019). When does privatization spur entrepreneurial performance? The moderating effect of institutional quality in an emerging market [Working Paper. 1901.03356]. [arXiv.org](https://arxiv.org). <https://doi.org/10.48550/arXiv.1901.03356>
- Bourguignon, F. (2004). The poverty-growth-inequality triangle. [Working Paper, No. 125]. *Indian Council for Research on International Economic Relations*. <https://hdl.handle.net/10419/176147>
- Callaway, B., & Sant'Anna, P. H. C. (2021). Difference-in-differences with multiple time periods. *Journal of Econometrics*, 225(2), 200–230. <https://doi.org/10.1016/j.jeconom.2020.12.001>
- Cameron, A. C., & Trivedi, P. K. (2005). *Microeconometrics: Methods and applications*. Cambridge University Press.
- Capucha, L. M. A. (1994). *Problemas da pobreza: conceitos, contextos e modos de vida* [Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. [https://www.researchgate.net/publication/304041849\\_Problemas\\_da\\_pobreza\\_Conceitos\\_Contextos\\_e\\_Modos\\_de\\_Vida](https://www.researchgate.net/publication/304041849_Problemas_da_pobreza_Conceitos_Contextos_e_Modos_de_Vida)
- Castells, M. (2010). *The rise of the network society*, (2nd ed.). Wiley-Blackwell.
- Chao, C. C., Nabin, M., Nguyen, X., & Sgro, P. M. (2016). *Wage inequality and welfare in developing countries: Privatization and reforms in the short and long run*.

*International Review of Economics & Finance*, 42, 474–483.  
<https://doi.org/10.1016/j.iref.2015.10.023>

Chen, S., & Ravallion, M. (2010). The developing world is poorer than we thought, but no less successful in the fight against poverty. *The Quarterly Journal of Economics*, 125(4), 1577–1625. <https://doi.org/10.1162/qjec.2010.125.4.1577>

Chong, A., & López-de-Silanes, F. (2005). The Truth About Privatization in Latin America. In A. Chong & F. López-de-Silanes (Eds.), *Privatization in Latin America: Myths and Reality* (1-66). Stanford University Press.

Clarke, G. R. G., & Wallsten, S. J. (2002). Universal (ly Bad) Service: Providing Infrastructure Services to Rural and Poor Urban Consumers. [Policy Research Working Paper No. 2868]. *The World Bank Development Research Group Regulation*.

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/304391468739485423/pdf/multiPage.pdf>

Clarke, G. R. G., Cull, R., & Shirley, M. M. (2005). Empirical studies of privatization and performance in developing economies. In C. Ménard & M. M. Shirley (Eds.), *Handbook of New Institutional Economics*. Springer.

Coady, D., & Dizioli, A. (2017). *Income inequality and education revisited: Persistence, endogeneity, and heterogeneity* [IMF Working Paper WP/17/126]. International Monetary Fund. <https://www.imf.org/-/media/files/publications/wp/2017/wp17126.pdf>

Cobham, A., & Sumner, A. (2013). Is it all about the tails? The Palma measure of income inequality. [Working Paper, 343]. Center for Global Development. [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2366974](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2366974)

Côrtes, L. S., Riani, J. L. R., & Ferreira Junior, S. (2023). Impacto da privatização da água e do esgoto nas tarifas e no acesso aos serviços no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 40, e0256. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0256>

Crew, M. A., & Kleindorfer, P. R. (2001). Postal reform and the future of the post office. *Journal of Economic Perspectives*, 15(3), 217–232.

Crew, M. A., & Kleindorfer, P. R. (2002). *Balancing access and the universal service obligation*. In M. A. Crew & P. R. Kleindorfer (Eds.), *Postal and delivery services* (pp. 3–32). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-1-4615-0233-3\\_1](https://doi.org/10.1007/978-1-4615-0233-3_1)

D'Attoma, I., & Matteucci, M. (2024). Multidimensional poverty: An analysis of definitions, measurement tools, applications and their evolution over time through a systematic review of the literature up to 2019. *Quality & Quantity*, 58, 3171–3213. <https://doi.org/10.1007/s11135-023-01792-8>

- Daly, H. (2005). *Economics in a Full World*. *Scientific American*, 100–107. [https://steadystate.org/wp-content/uploads/Daly\\_SciAmerican\\_FullWorldEconomics\(1\).pdf](https://steadystate.org/wp-content/uploads/Daly_SciAmerican_FullWorldEconomics(1).pdf)
- De Maio, F. G. (2007). Income inequality measures. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 61(10), 849–852. <https://doi.org/10.1136/jech.2006.052969>
- Dean, H. (2012). *Social policy*. Polity Press.
- Decerf, B., Ferreira, F. H. G., Mahler, D. G., & Sterck, O. (2021). Lives and livelihoods: Estimates of the global mortality and poverty effects of the Covid-19 pandemic. *World Development*, 146, 105561. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105561>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2021). *O PL 591/2021 e a privatização dos Correios* (Nota Técnica nº 260). DIEESE.
- Evans, R. (2025, Outubro 1). Detecting and Dealing with Multicollinearity: An Introduction to Econometrics. Econometrics Tutor. <https://www.econometricstutor.co.uk/multicollinearity-detecting-and-dealing-with-multicollinearity>
- Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton University Press.
- Estache, A., & Wren-Lewis, L. (2009). Toward a theory of regulation for developing countries: Following Jean-Jacques Laffont's lead. *Journal of Economic Literature*, 47(3), 729-770. <https://doi.org/10.1257/jel.47.3.729>
- Estrin, S., & Pelletier, A. (2018). Privatization in developing countries: What are the lessons of recent experience? *World Bank Research Observer*. <https://hdl.handle.net/10986/32175>
- European Parliament. (2016). *Postal services in the EU* (briefing).
- Euzébios Filho, A., & Guzzo, R. S. L. (2009). Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 35-44. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/qbWzFRX4Qds7js3pyqqhkXK/>
- Ferreira, F. H. G., & Ravallion, M. (2008). Global income inequality: Recent evidence and policy implications. [Policy Research Working Paper 4623]. The World Bank Development Research Group Poverty Team. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/801061468138860309/pdf/wps4623.pdf>
- Ferreira, F., Jolliffe, D. M., & Prydz, E. B. (2015). The international poverty line has just been raised to \$1.90 a day, but global poverty is basically unchanged. How is that even possible? [Working Paper]. *World Bank Group*. <https://blogs.worldbank.org/en/developmenttalk/international-poverty-line-has-just-been-raised-190-day-global-poverty-basically-unchanged-how-even>

- Ferreira, I. A., Gisselquist, R. M., & Tarp, F. (2022). On the impact of inequality on growth, human development and institutions. *International Studies Review*, 24(1), viab058. <https://doi.org/10.1093/isr/viab058>
- Fleurbaey, M., & Blanchet, D. (2013). *Beyond GDP: Measuring welfare and assessing sustainability*. Oxford University Press, 35-75. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199767199.003.0003>
- Ferraz, A. S. (2009). Privatização e processo decisório. *Dados*, 52(2), 455-504. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000200005>
- Figueiredo, S. A. P., Souza, L. N. de, & Spinola, C. de A. (2020). O papel dos correios como potencializador do e-commerce nas MPEs varejistas de Salvador. *Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)*, 22(2), 285–308. <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v2i46.6848>
- Florio, M. (2004). *The Great Divestiture: Evaluating the Welfare Impact of the British Privatisations 1979-1997*. MIT Press.
- Foster, J., & Székely, M. (2008). Is economic growth good for the poor? Tracking low incomes using General Means. *International Economic Review*, 49(4), 1143–1172. <https://www.jstor.org/stable/20486835>
- Foster, V., & Briceño-Garmendia, C. (2010). Africa's Infrastructure: Time for Transformation. [Working Paper]. World Bank. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/246961468003355256/pdf/521020PUB0EPI1101Official0Use0Only1.pdf>
- Gaban, E. M. (2022). Monopólio Postal e Privatização dos Correios: o diabo está nos detalhes: *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, 6(22), 71-97. <https://doi.org/10.48143/rdai.22.gaban>
- García-Escribano, M. (2020, 29 de junho). Low Internet Access Driving Inequality. *International Monetary Fund*. <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2020/06/29/low-internet-access-driving-inequality>
- Galiani, S., Gertler, P., & Schargrodsky, E. (2005). Water for life: The impact of the privatization of water services on child mortality. *Journal of Political Economy*, 113(1), 83–120. <https://doi.org/10.1086/426041>
- Goodman-Bacon, A. (2021). Difference-in-differences with variation in treatment timing. *Journal of Econometrics*, 225(2), 254–277. <https://doi.org/10.1016/j.jeconom.2021.03.014>
- Greene, W. H. (2012). *Econometric Analysis* (7th ed.). Pearson Education.
- Greene, W. (2015). Panel Data Models for Discrete Choice. In B. H. Baltagi (Ed.), *The Oxford Handbook of Panel Data* (pp. 171-201). Oxford Academic. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199940042.013.0006>

- Guasch, J. L. (2004). Granting and renegotiating infrastructure concessions: Doing it right. [ Working Paper nº28816]. *World Bank*. <https://doi.org/10.1596/0-8213-5792-1>
- Hall, D., & Lobina, E. (2006). *Pipe dreams: The failure of the private sector to invest in water services in developing countries* [Relatório]. World Development Movement. <https://gala.gre.ac.uk/id/eprint/3601/>
- Hargittai, E. (2002). Second-level digital divide: Differences in people's online Skills. *First Monday*, 7(4). <https://doi.org/10.5210/fm.v7i4.942>
- Hartley, K., & Parker, D. (1991). Privatization: A conceptual framework. In A. F. Ott, & K. Hartley (Eds.), *Privatization and Economic Efficiency* (pp. 1-26). Edward Elgar Publishing. <https://www.e-elgar.com/shop/usd/privatization-and-economic-efficiency-9781852784140.html>
- Harvey, D. (2009). Is this really the end of neoliberalism. *Counter Punch*, 13. <https://www.counterpunch.org/2009/03/13/is-this-really-the-end-of-neoliberalism/>
- Henderson, J. V. (2010). Cities and development. *Journal of Regional Science*, 50(1), 515–540. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2009.00636.x>
- Hermann, C. (2011). The liberalization of European postal markets: The response of firms and impacts on employment and services. *Competition and Change*, 15(4), 253–273. <https://doi.org/10.1179/102452911X13135903675570>
- Higashino, A. P. (2009). *Agência Metropolitana de Correios de Tóquio e Osaka: Dificuldades na conservação do patrimônio moderno dentro do contexto urbano japonês*. [Apresentação de trabalho]. Seminário Docomomo Brasil, Anais, 8, 1–14. <https://publicacoes.docomomobrasil.com/anais/article/view/1284>
- Hsiao, C. (2022). *Analysis of Panel Data* (4<sup>th</sup> ed.). Cambridge University Press.
- Infante-Amate, J., Travieso, E., & Aguilera, E. (2024). Unsustainable prosperity? Decoupling wellbeing, economic growth, and greenhouse gas emissions over the past 150 years. *World Development*, 184, 106754. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2024.106754>
- International Labour Organization. (2020). *World Employment and Social Outlook: Trends 2020*. [https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms\\_734455.pdf](https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_734455.pdf)
- International Telecommunication Union. (2024, Novembro 27). *Global Internet use continues to rise but disparities remain, especially in low-income regions* [Relatório]. ITU. <https://www.itu.int/en/mediacentre/Pages/PR-2024-11-27-facts-and-figures.aspx>

- Jansen, G. A. J., Wang, R., Behrens, P., & Hoekstra, R. (2024). Beyond GDP: a review and conceptual framework for measuring sustainable and inclusive wellbeing. *The Lancet*, 8(9), e695-e705. doi:10.1016/S2542-5196(24)00147-5
- Joskow, P. L. (2007). Chapter 16 Regulation of Natural Monopoly. In A. M. Polinsky, & S. Shavell, *Handbook of Law and Economics* (Vol. 2, pp. 1227–1348). Elsevier. [https://doi.org/10.1016/S1574-0730\(07\)02016-6](https://doi.org/10.1016/S1574-0730(07)02016-6)
- Kemp, J. P. (2016). Políticas públicas: o desvio de finalidade do administrador e sua consequência negativa na responsabilidade social do estado. *Revista de Artigos do 1º Simpósio sobre Constitucionalismo, Democracia e Estado de Direito*, 1(1), 1357-1367. <https://revista.univem.edu.br/1simposioconst/article/view/1168>
- Kessides, I. N. (2004). *Reforming Infrastructure: Privatization, Regulation, and Competition*. Policy Research Report World Bank. <http://hdl.handle.net/10986/13525>
- Kingdon, G. G., & Knight, J. (2004). Unemployment in South Africa: The nature of the beast. *World Development*, 32(3), 391–408. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2003.10.005>
- Klugman, J., Rodríguez, F., & Choi, H.-J. (2011). *The HDI 2010: New controversies, old critiques*. *Journal of Economic Inequality*, 9(2), 249–288. <https://doi.org/10.1007/s10888-011-9178-z>
- Koenker, R., & Bassett Junior, G. (1978). Regression quantiles. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 33-50. <https://www.jstor.org/stable/1913643>
- Laffont, J. J., & Tirole, J. (1993). *A theory of incentives in procurement and regulation*. Cambridge, MIT Press.
- Lanau, A., Mack, J., & Nandy, S. (2020). Including services in multidimensional poverty measurement for SDGs: Modifications to the consensual approach. *Journal of Poverty and Social Justice*, 28(2), 149-168. <https://doi.org/10.1332/175982720X15850580703755>
- Leal, A. P. (2022). Privatização dos Correios: Análise da experiência em Portugal e discussões no Brasil. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, 1, 317–368. [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/1/2022\\_01\\_0317\\_0368.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/1/2022_01_0317_0368.pdf)
- Leite Junior, R. G. (2007). Monopólio postal brasileiro: análise, perspectivas e contradições das desvantagens de privatização desse setor. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Campina Grande – Sousa-Paraíba]. <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/13677>
- López-Calva, L. F., & Lustig, N. (2010). Declining inequality in Latin America: A decade of progress? *Brookings Institution Press*, 253. <https://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt6wpdkq>

- Loureiro, A. O. F., & Costa, L. O. (2009). *Uma breve discussão sobre os modelos com dados em painel*. [Nota Técnica Nº 37]. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/NT\\_37.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/NT_37.pdf)
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1996). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2020). *Fundamentos de metodologia científica* (8. ed.). Atlas.
- Mazon, G. C., & Goulart Filho, A. (2020). Permanências e mudanças na expansão dos serviços postais em Santa Catarina (1900-1930). *Revista de Economia*, 41(74), 112-149. <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/69507/40245>
- McKenzie, D., & Mookherjee, D. (2003). Distributive Impact of Privatization in Latin America: Evidence from Four Countries. *Economía Journal*, 3(2), 161-234. <https://economia.lse.ac.uk/articles/10.1353/eco.2003.0006>
- Megginson, W. L., & Netter, J. M. (2001). From state to market: A survey of empirical studies on privatization. *Journal of Economic Literature*, 39(2), 321-389. <https://www.jstor.org/stable/2698243>
- Melamed, C., Samman, E. (2013). Equity, inequality and human development in a post-2015 framework. [Working Paper]. *United Nations Development Programme*. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/equityinequalityhumandevelopmentinpost-2015framework.pdf>
- Menezes, T., Azzoni, C., Barbosa, A. L. H., & Almeida, A. N. de. (2025). Diferenças de custo de vida entre cidades: impacto dos preços no bem-estar. *TD NEREUS*, 1-2025, Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (NEREUS). [https://ideas.repec.org/p/ris/nereus/2025\\_001.html](https://ideas.repec.org/p/ris/nereus/2025_001.html)
- Milanovic, B. (2011). *Worlds apart: Measuring international and global inequality*. Princeton University Press.
- Milanovic, B. (2016). *Global inequality: A new approach for the age of globalization*. Harvard University Press.
- Minadeo, R., & Oliveira, M. C. B. de. (2021). A revolução do setor postal: Aplicação do modelo EMCC em dois Correios europeus. *Administração de Empresas em Revista*, 1(7), 80–88. <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/467/0>
- Moatsos, M. (2025). *Measuring Historical Poverty Globally: Back to 1820*. Cambridge University Press.
- Montaño, C. (2012). Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, 110, 270-287. <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsH/>

- Motta, P. R. (1980). O controle de empresas estatais no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 14(2), 69-82. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7574>
- Moura, C. F. L.de., Xavier, M. G. P., & Silva, A. R. C. da. (2011). As fontes de crescimento econômico e uma análise empírica da economia da Coreia do Sul. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Contextus*, 9(2), 56-79. <https://www.redalyc.org/pdf/5707/570765370008.pdf>
- Nery, J. (2021). expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul. In: A política externa brasileira e a UNASUL: geopolítica e expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul [online], pp. 267-341. Sociedade e política collection. <https://books.scielo.org/id/9x87c/pdf/nery-9786587949192-06.pdf>
- Nobrega, T. (2024). O Serviço Público e suas novas crises. *Direito, Processo e Cidadania*, 3(1), 13-38. <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/dpc/article/view/2487>
- North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2021). Exchange rates. OECD Data. *OECD*. <https://data.oecd.org/indicator/exchange-rates.html>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2023). Well-being and beyond GDP. *OECD*. <https://www.oecd.org/en/topics/policy-issues/well-being-and-beyond-gdp.html>
- Oishi, S., & Kesebir, S. (2015). Income inequality explains why economic growth does not always translate to an increase in happiness. *Psychological Science*, 26(10), 1630-1638. <https://doi.org/10.1177/0956797615596713>
- Oishi, S., Cha, Y., Komiya, A., & Ono, H. (2022). Money and happiness: The income-happiness correlation is higher when income inequality is higher. *PNAS Nexus*, 1(5). <https://doi.org/10.1093/pnasnexus/pgac224>
- Oliveira, E. A. B. de., & Kozan, M. V. M. (2020). A viabilidade de desestatização da empresa brasileira de correios e telégrafos. *Revista Direito UFMS*, 6(2), 70-88
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2020). *A Caminho da Era Digital no Brasil*. OCDE Publishing.
- Ostry, J. D., Loungani, P., & Furceri, D. (2016). Neoliberalism: Oversold? *Finance & Development*, 53(2), 38-41.
- Paiva, P. A. F., & Leitão, R. G. (2022). *A regulação de saneamento básico e o novo marco regulatório: características, competências e delegação*. *Revista do Direito Público*, 17(2), 111-131. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/42504/47945>

- Patterson, A. C. (2023). Is economic growth good for population health? A critical review. *Can Stud Popul*, 50(1), 1. doi: 10.1007/s42650-023-00072-y
- Pereira, L. C. B. (2014). Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 93. <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/49114>
- Pereira, R. A. de. C., Ferreira, P. C., & Bezerra, A. R. (2020). Impactos de bem-estar da privatização de infraestrutura. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 50(3). [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13088/1/PPE\\_v50\\_n3\\_Artigo2\\_im pactos\\_de\\_bem\\_estar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13088/1/PPE_v50_n3_Artigo2_im pactos_de_bem_estar.pdf)
- Peres, M. A., Fernandes, L. S., & Peres, K. G. (2004). Inequality of water fluoridation in Southern Brazil—the inverse equity hypothesis revisited. *Social Science & Medicine*, 58(6), 1181-1189. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(03\)00289-2](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(03)00289-2)
- Piketty, T. (2012). *O capital no século XXI*. Intrínseca.
- Priest, G. L. (1988). Introduction: The aims of privatization. *Yale Law & Policy Review*, 6(1), 1-5. <https://www.jstor.org/stable/40239270>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2023). *Relatório Especial 2023 - 25 anos - Desenvolvimento Humano no Brasil: construir caminhos, pactuando novos horizonte*. <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatorio-especial-2023-25-anos-desenvolvimento-humano-no-brasil>
- Psacharopoulos, G., & Patrinos, H. A. (2018). Returns to investment in education: A decennial review of the global literature. *Education Economics*, 26(5), 445–458. <https://doi.org/10.1080/09645292.2018.1484426>
- Raj, J., Gupta, V., & Shrawan, A. (2023). *Economic growth and human development in India—Are states converging?* (CSEP Working Paper 51). Centre for Social and Economic Progress.
- Ranis, G., Stewart, F., & Samman, E. (2006). Human Development: Beyond the Human Development Index. *Journal of Human Development*, 7(3), 323–358. <https://doi.org/10.1080/14649880600815917>
- Ravallion, M. (1998). Poverty lines in theory and practice. World Bank Living Standards Measurement Study [Working Paper No. 133]. *The World Bank*. <http://documents.worldbank.org/curated/en/916871468766156239>
- Ravallion, M. (2016). *The economics of poverty: History, measurement, and policy*. Oxford University Press.
- Reis, R. M. M. (2006). *Benefícios da privatização e reestruturação: Evidências no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil* [Dissertação de Mestrado, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE]. Repositório Institucional FUCAPE.

[https://fucape.br/?jet\\_download=354591ebe6b868aa52b0e492efc771badc67e59b](https://fucape.br/?jet_download=354591ebe6b868aa52b0e492efc771badc67e59b)

Rodrik, D. (2008). The real exchange rate and economic growth. *Brookings Papers on Economic Activity*. [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2008/09/2008b\\_bpea\\_rodrik.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2008/09/2008b_bpea_rodrik.pdf)

Romão, M. E. C. (1993). *Pobreza: conceito e mensuração*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14000>

Rotta, E. A trajetória brasileira de reflexão sobre o desenvolvimento regional e a visão das políticas públicas sociais. In: Rotta, E., Lopes, H. C., & Rossini, N., eds. *O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI: aportes para o debate* [online]. Chapecó. <https://books.scielo.org/id/r6vrx/pdf/rotta-9788564905832-04.pdf>

Saiani, C. C. S., Azevedo, P. F., & Menezes, R. T.de. (2022). Privatização e equidade no acesso a serviços de saneamento básico no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 53(2). [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14464/1/PPE\\_v53\\_n2\\_artigo1\\_privatizacao\\_e\\_equipe.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14464/1/PPE_v53_n2_artigo1_privatizacao_e_equipe.pdf)

Saisana, M., Saltelli, A., & Tarantola, S. (2005). Uncertainty and sensitivity analysis techniques as tools for the quality assessment of composite indicators. *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)*, 168(2), 307–323. <https://doi.org/10.1111/j.1467-985X.2005.00350.x>

Sappington, D. E. M., & Sidak, J. G. (2003). Incentives for anticompetitive behavior by public enterprises. *Review of Industrial Organization*, 22(3), 183–206. <https://doi.org/10.1023/A:1023607223501> Springer Nature Link

Schram, S. F. (2015). *The return of ordinary capitalism: Neoliberalism, precarity, and inequality*. Oxford University Press.

Schuftan, C. (2003). Poverty and inequity in the era of globalization: Our need for a new conceptual framework. *International Journal for Equity in Health* 2(1),4. <https://link.springer.com/article/10.1186/1475-9276-2-4>

Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. Companhia das Letras.

Silvestre, B. S. (2010). *Privatização: bom ou ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste brasileiro*. Revista de Administração de Empresas (RAE).

Solt, F. (2020). *Measuring income inequality across countries and over time: The Standardized World Income Inequality Database*. *Social Science Quarterly*, 101(3), 1183–1199. <https://doi.org/10.1111/ssqu.12795>

- Souza, H. de. P. (2023). *Atuação dos Correios e suas políticas públicas: Uma visão política sobre o Estado do Pará pós-redemocratização do Brasil* [Dissertação de Mestrado, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Sede Brasil]. Repositório Institucional FLACSO. <http://hdl.handle.net/10469/19734>
- Syrovátka, M., & Schlossarek, M. (2019). *Measuring development with inequality: How (should) aggregate indicators of development account for inequality?* *Ecological Economics*, 164, 106320. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.04.032>
- Tácito, C. (1983). Direito administrativo e direito privado nas empresas estatais. *Revista de Direito Administrativo*, 151, 22-28. <https://doi.org/10.12660/rda.v151.1983.43723>
- Teixeira, T. G. (2016). *Os Correios e as políticas governamentais: mudanças e permanências*. EDUFBA. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21115>
- Tripathi, S. (2019). Urbanization and Human Development Index: Cross-country evidence. [Working Paper No. 97474.]. *Munich Personal RePEc Archive- MPRA*. <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/97474/>
- United Nations Development Programme. (2020). *Human Development Report 2020: The next frontier—Human development and the Anthropocene*. UNDP. <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2020>
- United Nations Human Settlements Programme. (2020). *World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization*. UN-Habitat. <https://unhabitat.org/world-cities-report-2020-the-value-of-sustainable-urbanization>
- União Postal Universal (UPU). (2019). *The digital economy and digital postal activities – A global panorama*. UPU. [https://www.upu.int/UPU/media/upu/publications/Digital-economy-and-postal-digital-activities\\_EN.pdf](https://www.upu.int/UPU/media/upu/publications/Digital-economy-and-postal-digital-activities_EN.pdf)
- Universal Postal Union. (2025). *Postal sector regulatory framework* (report). UPU. PDF.
- van Dijk, J., & Hacker, K. (2003). The digital divide as a complex and dynamic phenomenon. *The Information Society*, 19(4), 315–326. <https://doi.org/10.1080/01972240309487>
- Vatcheva, K. P., Lee, M., McCormick, J. B., & Rahbar, M. H. (2016). *Multicollinearity in regression analyses conducted in epidemiologic studies*. *Epidemiology (Sunnyvale)*, 6, 227. <https://doi.org/10.4172/2161-1165.1000227>
- Wilkinson, R. G., & Pickett, K. (2009). *The spirit level: Why more equal societies almost always do better*. Allen Lane.
- Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. (2<sup>nd</sup> ed.). Mit Press.

- Wooldridge, J. M. (2021). *Introductory Econometrics: A Modern Approach* (7th ed.). Cengage Learning.
- World Bank. (2006). *Private participation in infrastructure: Lessons from experience*. World Bank. <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/364991468760496988/private-participation-in-infrastructure-lessons-from-experience>
- World Bank. (2022). *Poverty and Inequality Platform*. The World Bank Group. <https://pip.worldbank.org>
- World Economic Forum. (2017). *Digital Policy Playbook 2017 Approaches to National Digital Governance*.[https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_National\\_Digital\\_Policy\\_Playbook\\_2017.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_National_Digital_Policy_Playbook_2017.pdf)
- World Economic Forum. (2022). *Annual report 2021-2022*. World Economic Forum. <https://www.weforum.org/publications/annual-report-2021-2022>